



Ciência Política - Geopolítica - Relações Internacionais

**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA,
CONCENTRADAS NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA
E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

**NATAL – RN
2018**

Artigo publicado na Revista de Geopolítica - v. 9, n. 1 (2018).

GEOPOLÍTICA E VIOLÊNCIA POLÍTICO-MILITAR NA ANTIGUIDADE: O IMPÉRIO ASSÍRIO

Beatriz Maria Soares Pontes¹

Resumo

A violência militar depende decisivamente dos meios de destruição disponíveis, da organização das forças combatentes e da logística. Os Assírios constituíram um povo marcado pela ambição, além de uma violência extrema. Para os Assírios não bastava a conquista passageira de amplos territórios. O objetivo residia, na incorporação definitiva das regiões conquistadas pelo Estado assírio. O desenvolvimento e a atividade do Exército assírio proporcionaram, em todo o Oriente Próximo, um clima de terror e medo, devido à sua brutalidade. A cultura bélica que a Assíria impunha sobre os seus subordinados, reforçava o empobrecimento e a opressão dos referidos. Os Assírios aparecem como fundadores de um império, no qual os protetorados e os reinos tributários foram praticamente substituídos por rigorosa organização de províncias controladas diretamente pelo poder central. No campo estratégico, trouxeram inovações: iniciaram a transferência dos povos conquistados entre as províncias, em impressionantes caravanas de milhares de exilados, com a finalidade de desarraigar qualquer sentimento nacionalista.

Palavras-chave: Violência Militar. Império Assírio. Antiguidade.

LA GEOPOLITICA Y LA VIOLÉNCIA MILITAR EN LA ANTIGÜEDAD: EL IMPERIO ASIRIO

Resumen

La violencia militar depende decisivamente de los medios de destrucción disponibles, de la organización de las fuerzas combatientes y de la logística. Los Asirios constituyeron un pueblo marcado por la ambición, además de una violencia extrema. Para los Asirios no bastaba la conquista momentánea de amplios territorios. El objetivo residía, en la conquista a largo plazo de las regiones conquistadas por el Estado asirio. El desarrollo y la actividad del Ejército asirio proporcionaron, en todo Oriente Próximo, un clima de terror y miedo, debido a la brutalidad. La cultura bélica que Asiria imponía sobre sus subordinados, reforzaba el empobrecimiento y la opresión de los mismos. Los Asirios aparecen, así como fundadores de un imperio, en el cual los protectorados y los reinos que contribuían fueron prácticamente sustituidos por una rigurosa organización de provincias controladas directamente por el poder central. En el campo de la estrategia, trajeron innovaciones: Iniciaron la transferencia de los pueblos conquistados en las provincias, mediante impresionantes caravanas de millares de exiliados, con la finalidad de desarraigar cualquier sentimiento nacionalista. **Palabras-clave:** Violencia Militar. Imperio Asirio. Antigüedad.

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

Introdução

A Gênese dos Antigos Impérios.

O termo Império denota um território geográfico extenso (o estado imperial), não necessariamente contíguo, contendo um conjunto de nações e povos etnicamente e/ou culturalmente diversos, governados por um soberano.

Um império também exerce um poder hegemônico sobre áreas que estão sob sua influência. Assim, o Império formado exerce uma forte influência política, econômica e cultural.

Observemos, primeiramente, que o termo “Império” presume uma relação, uma interação entre um grupo dominante e outro subordinado, sendo este último necessariamente um grupo estrangeiro. Um grupo rege o outro, incorporando seu povo, terra e templos que passam a fazer parte de suas posses.

Como, então, um império antigo qualquer conseguiu manter a posição dominante? Como perdeu o seu poder? Uma das maneiras utilizadas por historiadores para contrapor grandes investigações e análises relevantes de questões tão abrangentes que envolvem longos períodos de tempo é manter o foco em um tema central.

Usamos, portanto, um modelo teórico, resgatado da disciplina Sociologia, para ajudar a definir nosso tema central. Esses modelos teóricos, auxiliam na difícil tarefa de transformar alguns materiais de fontes fragmentadas, nunca antes consideradas pelo olhar crítico do historiador moderno em uma história compreensível.

Michael Mann, um sociólogo da Universidade da Califórnia, propôs um modelo de poder bastante influente que muitos historiadores consideram útil. O modelo de Mann (2005) nos ajudará a focar em um problema possível de ser solucionado – a questão de como antigos humanos exerciam poder em relação a um espaço social e geográfico.

Muitas outras abordagens da História Antiga são possíveis e produtivas, mas, essa específica é intrigante pelo fato de levantar questões que estão nas mentes de muitas pessoas nos dias de hoje.

Segundo o modelo de Mann (2005), as sociedades são organizadas como redes de poder com quatro fontes sobrepostas de força social: ideologia, economia, força militar e política (abreviado como IEMP).

Os impérios são construídos sobre essas “fontes de força social”, como Mann as chama. Impérios fortes são provas de todas as quatro fontes trabalhando juntas de maneira eficaz. As discussões levantadas pelo modelo IEMP são relevantes para qualquer período da história.

Essas quatro fontes de poder social devem agir juntas, falando de modo geral, sendo que nenhuma delas pode ser demonstrada como primordial ou mais importante do que as demais. A questão básica é que todas essas fontes de poder social, operando em conjunto, são importantes e necessárias para a expressão do domínio e da formação do império (bem como para a resistência a este).

Com essas fontes de poder social trabalhando juntas no mundo antigo, os *Impérios* não apenas se formaram, mas também, puderam ser combatidos e abolidos com eficiência.

Mostramos, também, que a ideologia religiosa é muito mais do que apenas um invólucro das pautas materialistas ou militares. Assim, enfatizamos os atos religiosos muito mais do que as recompensas tangíveis que as pessoas recebem.

Em outros momentos e de modo não surpreendente, grupos da “periferia subordinada” nem sempre gostaram de ser dominados por uma potência estrangeira, mesmo quando ela afirmava ajudar ou de fato os beneficiava de algumas maneiras básicas.

Como veremos, algumas das ideias, sistemas de valores e instituições mais duradouras e, ainda assim, influentes do mundo, foram formuladas não pelos grandes impérios do mundo antigo, mas, na realidade, pelos povos que resistiram a eles.

O tema da resistência é, portanto, um dos focos principais aqui estabelecidos, em paralelo ao estudo mais tradicional da “ascensão e queda dos impérios”.

Até mesmo um breve estudo da Era dos Antigos Impérios revelou que muitos dos povos que reagiram aos impérios iriam, com o passar do tempo, construir impérios próprios. A diversidade de maneiras por meio das quais eles

assim o fizeram é uma das vias de exploração neste estudo. A resistência também utiliza o modelo IEMP, pois um sistema coerente de resistência normalmente integra essas fontes de poder social em um império, segundo seu próprio direito. E assim, o ciclo continua.

O Mundo Antigo, naturalmente, não teve um surgimento específico no império: ele simplesmente testemunhou sua criação. Assim sendo, como surgiram os primeiros impérios da história?

A Era dos Antigos Impérios, aquela sucessão amplamente ininterrupta de impérios que se estendeu do século VIII a.C., até o século VIII d.C., não surgiu do nada.

Quando a Era se iniciou, um longo histórico de cidades-estados, reinos e até mesmo, alguns impérios já haviam estabelecido o seu curso – uma história rica com quase o dobro da Era dos Antigos Impérios em si. Antes disso, houve um período indefinido e muitas vezes mais longo de colonização humana “pré-histórica”. A Era dos Antigos Impérios foi construída sobre alicerces muito antigos.

O nosso interesse em torno do *Império*, começa no Oriente Próximo, uma grande região antiga que vai desde a costa leste do Mar Egeu e central da Pérsia, até a parte central Norte da Anatólia e Sul do Egito. Quase todos os Impérios Antigos começaram nessa região, muitos deles se estendendo até lugares muito além da referida.

Os poucos que, de fato, não se originaram no Oriente Próximo, acabaram incluindo porções importantes dessa área. Muitos milênios mais tarde, nossa história termina no centro da região, quase exatamente, no mesmo local onde começou.

Quatro arenas amplas constituíram o Oriente Próximo. A Mesopotâmia, a “Terra entre os Rios” - o Tigre e o Eufrates - pode ser chamada de seu epicentro. O urbanismo começou ali e, por sua vez, impérios mais antigos surgiram a partir dessa região, em particular mais do que em qualquer outra.

Ao Noroeste ficava a Anatólia, parte da atual Turquia, que, embora tenha gerado somente um Império, continuou sendo um importante cruzamento e, campo de batalha, ao longo de todo o mundo antigo. A Sudoeste ficava o Egito, a região mais unificada e estável de todas, estabelecida ao longo do Rio Nilo.

A Oeste da Mesopotâmia ficava o Levante, às margens orientais do Mar Mediterrâneo e as regiões adjacentes. Essa área, não produziu nenhum grande Império, mas, ao contrário, diversos reinos menores que geralmente se viram no caminho direto de impérios em expansão.

Durante o I milênio da Era do Bronze, essas quatro regiões se desenvolveram de modo relativamente isolado. Depois disso, foram integradas de forma mais unificada por meio do comércio, diplomacia e conquista.

Duas outras regiões foram integradas de modo temporário pelos desenvolvimentos e padrões do Oriente Próximo, uma delas logo no início de nossa história e a outra, muito tempo depois (CLINE; GRAHAM, 2012).

A Violência Militar e Política

De maneira geral, as guerras são mais mortíferas e atingem mais os civis, ao mesmo tempo que mobilizam mais as populações.

A violência militar depende de modo decisivo dos meios de destruição disponíveis, da organização das forças em combate e da logística. Tais fatores também estão ligados às possibilidades financeiras. O recrutamento e a manutenção de um soldado custa caro e, por outro lado, as batalhas são mortíferas.

Assim sendo, não é fácil avaliar os graus comparados de crueldade das guerras. O emprego do terror e da crueldade parece uma prática constante e a elaboração de leis de guerra ou de acordos não parece modificar, consideravelmente, a situação. Embora não se liquide mais os prisioneiros, os campos de detenção não são menos duros e os casos de sevícias e de torturas não desapareceram.

Portanto, as guerras são responsáveis por um número enorme de perdas humanas e devastações de territórios, ensejando muitos anos para a reconstrução dos mesmos. No que concerne à violência política, torna-se difícil a disponibilidade de avaliações precisas, bem como claras definições.

Uma classificação aceitável consiste em distinguir entre violência política difusa (rixas, motins espontâneos, revoltas), violência anti-poder “de baixo” (levantes e revoluções), violência do poder “de cima” (manutenção da ordem, repressão, terror, tirania e golpes), terrorismo e, finalmente, violência

relativa ao desmoronamento da comunidade política (guerras civis). Tais distinções visam, antes de tudo, a clareza.

Na verdade, as situações políticas vêem estas formas se misturarem:

- A violência sóciopolítica difusa. Ela cobre comportamentos como as rixas, as rivalidades entre grupos, seitas, comunidades de aldeias, as batalhas entre corporações, as insurreições pelo pão e contra a carestia, sem esquecer a pilhagem e o banditismo. Trata-se de uma violência primitiva que permanece local, pouco organizada e bastante espontânea. Esse tipo de violência dominou até o final do século XVIII. Em sociedades sem meios de comunicação rápidos, onde a presença policial é reduzida e pouco eficaz, movimentos de multidão, insurreições agrárias, manifestações contra o imposto ou contra os funcionários do poder central, levam muito tempo até se tornarem conhecidos e quando o conseguem, raramente, chegam a se coordenar e a adquirir amplitude.
- A violência contra o poder ou violência “de baixo”. Diferentemente da precedente, esta visa uma reorganização do poder. Ela é a das sublevações e das revoluções e, também, dos golpes de Estado. Portanto, na evolução histórica é a organização e a racionalização crescentes dessas formas de violência, bem como sua ritualização cada vez mais abrangente. Assim, a definição mais precisa de violência corresponde a da força repressiva. Se a violência política é mais organizada, a repressão torna-se mais seletiva e mais adaptada. Vamos encontrar essa tendência para a especialização e para a profissionalização na questão do terrorismo;
- A violência do poder ou violência “de cima”. Trata-se da violência acionada para estabelecer o poder político, mante-lo e faze-lo funcionar. Como o Estado é um aparelho estruturado e diferenciado de organização da vida social e de gestão da vida política, a ideia de violência do poder é mais ampla do que da violência do Estado.

Nesse ponto de vista, o que é necessário é uma história do surgimento e do desenvolvimento das forças policiais. Na verdade, o volume e as formas da

violência voltadas contra o poder dependem de fatores variados e, entre eles, em primeiro lugar, da organização dos poderes e do grau de severidade da repressão.

Deste ponto de vista, os regimes devem ser examinados das formas seguintes:

a) *As formas despóticas e tirânicas do poder político.* Elas são tão antigas que foram muito cedo estudadas pelos pensadores políticos. Em sua *Política*, Aristóteles denominou tirania a monarquia absoluta – eventualmente fundada sob o consentimento dos súditos – na qual o poder absoluto se exerce sem responsabilidade e no interesse exclusivo do tirano. Os tiranos se mantêm por meios que podemos chamar de terroristas: a repressão contra os homens superiores, a liquidação dos homens generosos, a proibição das reuniões, a limitação das associações e da instrução, a introdução da desconfiança entre os cidadãos e o quase desaparecimento da vida privada. Aristóteles, resumiu essa política terrorista nos três temas do aviltamento dos cidadãos, da desconfiança entre eles e da impossibilidade de agir. A seus olhos, a tirania era o resultado de um desequilíbrio da monarquia (e não, o defeito dos erros exacerbados do regime, como afirmava Platão, na *República*). É o máximo de arbitrariedade e de violência.

Tal concepção da tirania e do despotismo se transmite da antiguidade até o século XVIII.

b) *A repressão.* Aos conflitos e revoltas, o poder responde com negociações, concessões e repressão. Nas sociedades que conhecemos estamos habituados à ação rápida das forças de manutenção da ordem, especializadas e diversificadas. Nem sempre foi assim. O soberano ou os seus representantes tinham à sua disposição, guardas e gente armada. Assim, as autoridades das cidades podiam apelar para milícias burguesas.

Em último caso, era preciso fazer intervir o exército.

Quando a revolta era passageira, ritual ou endêmica, a repressão também tinha os seus ritos. O poder castigava os líderes e praticava uma anistia bastante ampla, com relação aos outros participantes. Mas, principalmente, a repressão dirigia-se a um corpo coletivo, impondo a ele encargos ou contribuições excepcionais, dele retirando homens e privilégios.

A intensidade e a ferocidade da repressão estavam, na verdade, ligadas à vontade do Estado de afirmar sua supremacia e seu monopólio de poder.

c) O *terror*. O terror pelo chicote e pelo suplício, assume outras dimensões quando se trata não mais de estabelecer o Estado, mas de renovar a sociedade.

Finalmente, o desenvolvimento do terrorismo parece ter introduzido uma dimensão inédita, no âmbito dos comportamentos políticos. Mas, a novidade não é total. O tiranicídio é, em muitos aspectos, a forma mais antiga do terrorismo, pois ele se propõe a uma mudança radical de poder, através de um ato também radical. Se o terrorismo consiste no assassinato sistemático dos inimigos políticos, com o objetivo de intimidação pelo terror, encontramos exemplos muito antigos, ao longo da história da humanidade (MICHAUD, 1989).

Aspectos gerais da organização da sociedade assíria

Sob a regência de Assurbanipal II, o império assírio alcançou o seu ápice territorial. Assurbanipal é famoso também por sua reconstrução extensiva de templos por todo o seu reino, mostrando a ligação na mente dos assírios entre a piedade e as questões de guerra.

A partir de novas dedicatórias em templos e outras inscrições, o número de textos escritos de seu reinado é inigualável entre os regentes assírios. Como resultado, os historiadores contam com ideias impressionantes das obras do sistema assírio em seu ápice.

De modo geral e, apesar das constantes revoltas, alguns eruditos chamaram o período entre o fim do século VIII e o fim do século VII, no Oriente Próximo, de *Pax Assyriaca* (“Paz Assíria”). Esse foi um tempo durante o qual a

ordem na Assíria foi estabelecida por toda a parte, sendo que um vasto reino assírio se expandiu e foi mantido. Essa paz está consignada no “Hino de Coroação de Assurbanipal II”.

O sistema social assírio revelou um intercâmbio complexo de IEMP (ideologia, economia, força militar e política). O que eles tinham não era simplesmente um império construído com uma brutalidade desumana e conquistas desordenadas (ao contrário do que eles próprios afirmavam, assim como o parecer de alguns historiadores). Na realidade, sua real ação militar, assim como a da maioria dos impérios, era geralmente seu último recurso na construção e manutenção de um império.

Apesar da retórica belicosa que afirmava o contrário, os assírios preferiam muito mais uma diplomacia coercitiva a campanhas militares, pois elas impunham um alto custo à vida humana e à interrupção da produção e do comércio (CLINE; GRAHAM, 2012).

O império neo-assírio e o seu caráter militarista

O texto aqui expresso contempla novos estudos arqueológicos e históricos desenvolvidos em caráter mais recente.

O verdadeiro momento de domínio assírio sobre o Oriente Próximo começou com Tiglate-Pileser III (744-727 a.C.), que deu início a um processo de expansão bem-sucedido e incomparável contra os reinos ao redor da Mesopotâmia, Síria, Anatólia e Egito.

Em paralelo a algumas mudanças administrativas cruciais dentro do governo provincial (como, por exemplo, a divisão das tarefas militares e econômicas), ele criou um exército permanente, o *kitsir sharruti*. Seus filhos, Salmanasar V (726-722 a.C.) e Sargão II (721-705 a.C.), continuaram as conquistas, solidificando o domínio assírio na Anatólia e no Levante. Os dois sucederam seu pai ao serem coroados reis da Babilônia e da Assíria.

A resistência à regência de Sargão II, em especial, foi bastante firme, graças, em parte, às questões a respeito de sua legitimidade como herdeiro do trono. Ele passou todo o seu reinado tentando subjugar rebeliões internas e afastar grupos como os urartianos, caldeus, israelitas e, até mesmo, os gregos

de Chipre. Seus próprios anais oficiais afirmam de forma um tanto ilusória, que ele conduziu uma grande campanha a cada ano de seu reinado.

Os reis assírios que sucederam Sargão II, Senaqueribe (704-671 a.C.), Esarhaddon (680-669 a.C.) e Assurbanipal II (668-631/627 a.C.), estabilizaram ainda mais o domínio assírio, em especial ao longo das zonas fronteiriças e, expandiram as conquistas assírias, no Egito e no Elão.

Senaqueribe fundou sua própria capital em Nínive e, passou seu reinado tentando controlar rebeliões, incluindo uma em Judá, que resultou em um cerco de Jerusalém e a destruição de Laquis pelo exército assírio. Cansado dos murmúrios da Babilônia, ele simplesmente destruiu a cidade. Esarhaddon, seu filho, reconstruiu a Babilônia e continuou a desenvolver estratégias imperiais para controlar as revoltas na Babilônia e, em muitos outros lugares. Oficialmente, ele dividiu a realeza da Assíria e da Babilônia entre seus filhos, uma medida que foi bem-sucedida por algum tempo.

Com o seu poder solidificado e, mediante os seus métodos, as técnicas de expansão e domínio dos assírios foram significativas, causando temor em todos ao seu redor, com submissão e saques de seus espólios.

A sobrevivência dos *Anais Reais Assírios*, além de outras pesquisas proporcionaram o conhecimento de atos que incluem línguas arrancadas, lábios partidos, a prática em grandes quantidades de esfolar prisioneiros vivos, cujas peles eram, então, emplastadas nos muros de torres de guarda, como “papel de parede”, cenas vívidas de centenas de rebeldes conquistados pregados com estacas e pendurados ao redor das cidades dominadas.

Devemos ressaltar que a Idade das Trevas e seus nobres locais posteriores tornaram a consolidação do império uma tarefa difícil e impiedosa e, impiedosa também, foi a solução encontrada pelos assírios para avaliá-la.

A crueldade assíria tinha a intenção de criar um “muro do medo” necessário em função de uma falta de fronteiras naturais. Eles não tinham como contar com rios e montanhas para ajuda-los a manter seu império e, portanto, defendiam-se apenas, com sua prática de causar temores impiedosos a todos ao seu redor.

Seu império foi construído basicamente sob a ótica do “imperialismo defensivo”. Suas principais terras foram muito vastas ao longo de toda a história,

com a Babilônia ao sul, o Levante e a Anatólia a oeste e as cordilheiras dos Zagros ao sul e à leste.

O impulso imperial assírio foi visto como uma forma de ambição sustentada pelo desejo de glória e lucros por parte de seus líderes.

Assim, um sistema militar impiedoso era necessário para sustentar e apoiar as reivindicações dos assírios. Portanto, diversas técnicas e inovações tornaram seu exército um defensor eficaz da ordem divina que os assírios se esforçavam por manter.

O exército consistia de cocheiros armados com arcos e flechas, apoiados por uma poderosa cavalaria (a primeira verdadeira cavalaria organizada da história), a infantaria armada com capacetes, escudos, lanças e adagas e, por fim, arremessadores habilidosos. As carruagens e a cavalaria usavam cavalos mais pesados e mais velozes de modo consistente em manobras militares.

Os assírios também foram um dos primeiros grupos a usar o ferro em grande escala com todos os seus soldados. Finalmente, para ajudar a derrubar os muros das cidades fortificadas de seus adversários, desenvolveram e aperfeiçoaram suas armas para realizar os cercos utilizando aríetes para destruir os portões e a tartaruga, para abrigar e proteger os soldados, enquanto derrubavam as paredes.

Por outro lado, pelo fato de conhecerem sua própria vulnerabilidade, os assírios também se defendiam por meio da construção de muros extremamente fortificados ao redor de suas cidades, como fizeram ao longo de toda a sua história antiga.

Parte de seu sucesso veio de uma população mais fortemente armada, formada pelos camponeses livres que lutavam nos exércitos. Armas de bronze de uma era anterior, além de serem mais leves do que o ferro, eram geralmente caras demais e utilizadas somente por um pequeno número de soldados.

Seu exército, no início, era formado apenas por assírios, mas as exigências de um império cada vez maior, os obrigaram a usar súditos conquistados e a empregar mercenários.

Um grupo crucial de estrangeiros era o dos ituanos, uma tribo aramaica que, assim que foi conquistada por Tiglate-Pileser III, se tornou “uma ramificação altamente móvel e versátil do exército permanente”.

Segundo estimativas recentes, o exército detinha mais de cem mil membros, no século VIII a.C., incluindo um número significativo de soldados profissionais. Todavia, esses números foram contestados, com o advento de outras estimativas que chegaram ao cálculo de 40 mil. A organização militar impressionante dos neoassírios passaria a ser assimilada, a cada momento, com novas modificações por senhores aspirantes do Oriente Próximo.

No solo, o método assírio de conquista era bastante formalista e repetitivo, ao menos conforme apresentado em suas próprias fontes. O rei e seu exército apareciam diante dos muros de uma cidade estrangeira ou rebelde, pedindo que seus habitantes se submetessem ao seu domínio. Todos os estrangeiros que se entregassem, imediatamente, eram poupados, mas, exigiam que fizessem um juramento de lealdade ao deus Assur.

Já nos tempos dos reis assírios do primeiro milênio, período do qual restam evidências, a guerra era bem mais avançada tecnologicamente.

Embora os conquistadores medas da Assíria, no fim do século VII a.C., tenham afirmado serem os primeiros a organizar um exército asiático, a força armada assíria dos reis sargônidas possuía divisões de cavalaria, lanceiros e arqueiros, com várias subdivisões. Alguns relevos mostram lanceiros organizados em falanges e a cavalaria em avanço separado da infantaria.

A guerra era um evento sazonal, travada na primavera e no início do verão, antes da chegada do calor forte, quando era mais fácil passar pelos desfiladeiros. No auge do império, no primeiro milênio a.C., os assírios eram a nação militar mais temida do Oriente Médio.

A finalidade da guerra era conquistar recursos ou territórios, proteger rotas comerciais ou sufocar rebeliões. A administração de um grande império exigia vassalos leais e, isso dificilmente era conseguido com destruição em massa, na esteira de uma vitória militar.

Assim, apesar da reputação assíria de crueldade, há evidências de que era permitido às cidades conquistadas conservar seus privilégios desde que concordassem em pagar tributos apropriados. Foi a ameaça persistente da Babilônia que, enfim, levou Senaqueribe a arrasar sua capital por completo, se bem que o seu sucessor Esarhaddon reergueu a cidade e o templo, restaurando estátuas de deuses que Senaqueribe havia levado para Nínive.

A Idade do Ferro, iniciada ao redor de 1000 a.C., trouxe mudanças radicais nas técnicas da guerra: em geral, os exércitos basearam-se na infantaria, que surgiu, então, em formações disciplinadas. Os impérios dessa época atingiram poder e tamanho surpreendentes. O primeiro deles foi o assírio.

O território original assírio era uma faixa de 100 quilômetros no trecho superior do rio Tigre e ali ficavam Assur, a antiga capital religiosa e, Nimrod, a capital imperial. No final da Idade do Bronze, a Assíria foi uma grande potência, controlando a planície do norte da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates.

No início da Idade do Ferro, o reino reduziu-se ao núcleo original, mas no século IX a.C., o poder assírio ressurgiu, baseado no exército de infantaria. Assurnasirpal II (883-859 a.C.) restaurou as fronteiras anteriores e subjugou Estados ao norte da Síria, cujo império, estendeu-se até o Mediterrâneo.

Sob Tiglath-Pileser III (744-727 a.C.), o império assírio tornou-se o primeiro império centralizado da história, unindo a Assíria e a Babilônia. No século VII a.C., o Egito também foi incorporado a ele (CLINE; GRAHAM, 2012).

Violência militar e política no mundo assírio

Os Assírios constituíram um povo ambicioso. Uma ambição sem limites e, conseqüentemente, de uma violência extrema. Era um povo guerreiro e cruel. Em muitos momentos, não seria possível descortinar em seu rosto, nenhum sentimento humano.

Para os Assírios, não bastava e não interessava, tão somente a conquista passageira de amplos territórios. O objetivo residia em grau sempre crescente, na incorporação definitiva das regiões conquistadas pelo Estado Assírio.

O desenvolvimento e a atividade do exército assírio proporcionaram em todo o Oriente Próximo, um clima de terror e medo, devido à sua brutalidade. Esse clima influenciou, diretamente, os Estados menores. Israel sentiu o impacto devastador desse exército diretamente e a violência e a opressão dentro desse Estado devem ser observadas, também, como resultado do imperialismo internacional assírio.

A cultura bélica que a Assíria impôs sobre os seus subordinados reforçou o empobrecimento e a opressão da região submetida. A manutenção

do exército, além dos tributos cobrados, certamente, não eram tirados dos grandes latifundiários, mas eram lançados sobre o povo, principalmente, os camponeses. As possibilidades de Israel escapar das mãos dos assírios eram quase nulas, devido a ambição dos governantes assírios no seu propósito de atingir o Egito.

Os assírios aparecem como fundadores de um império, no qual os protetorados e os reinos tributários foram praticamente substituídos por rigorosa organização de províncias controladas diretamente pelo poder central.

O rei, figura principal nessa organização de comando, apresentava-se como o próprio representante de sua divindade – o Deus imperial de Assur. Esse rei, à frente de um imenso exército de funcionários civis e militares, exigia-lhes que prestassem contas da mesma forma que ele ao Deus. O soberano assírio era o realizador, na primeira pessoa, das destruições e dos extermínios desejados pelos deuses.

Foi sublimado por diversas vezes que, diferentemente dos soberanos dos outros povos, o rei assírio não se qualificava como “pastor do povo”, mas sim, como “vingador do Deus Assur”, como fúria devastadora, como férreo dono e senhor das guerras.

Os assírios consideravam-se o braço da potência destruidora que era o Deus Assur - o Deus da guerra - e, conseqüentemente, se viram como a mais pura expressão terrena de duas outras divindades, Ninurta e Adad, conhecidas pelo seu caráter altamente belicoso.

O avanço do exército assírio significava para todas as pessoas, o jugo impiedoso ou a destruição total. A Assíria não admitia aliados, porque só ela devia dominar em todo o mundo conhecido.

O imperialismo assírio, deixou marcas por suas ações violentas e por sua força militar. Era um império mercantil escravista que, evidentemente, impunha seus valores, através de uma cultura bélica hegemônica.

Como todos os impérios da antiguidade, o assírio, saqueava as cidades e propriedades dos povos vencidos e, levava muitos deles para o cativeiro.

Nenhuma crueldade do ofício da guerra era estranha aos reis assírios e aos seus soldados e oficiais. Diante da mínima resistência, deixavam atrás de si, povoados sem vida e a terra completamente queimada (ROSSI, 2008; CLINE; GRAHAM, 2012).

Novamente, as palavras de um dos reis assírios retratam essa situação: “Muitos prisioneiros queimei a fogo, muitos capturei vivos: a uns, amputei as mãos e os dedos, a outros, cortei o nariz e as orelhas, a muitos, vazei os olhos. Fiz um montão de vivos e um montão de cabeças; até as cabeças enfiadas em paus em torno da cidade. Queimei seus filhos e filhas no fogo. Destruí, devastei a cidade, queimei-a no fogo e a arrasei completamente” (ROSSI, 1998, p. 13).

Considerações Finais

O militarismo assírio estruturado como um exército grande e poderoso era conhecido por sua impiedade. Aos reis ou aos oficiais não era estranha a crueldade. As rebeliões eram sempre abafadas através da força. Sob Salmanassar III, a Assíria espalhou o terror sobre o Mediterrâneo. Assim, criou-se a partir dele, o ‘mito da crueldade assíria’ para se impor aos adversários. O soberano costumava empilhar pirâmides de cabeças diante das portas das cidades conquistadas ou empilhar adversários.

Certamente estas marcas percorreram por toda a história do Levante desse Império. Onde encontravam resistências deixavam mortos e terra queimada. As unidades de tropas assírias foram, durante séculos, o pavor dos povos do Oriente Antigo. Embora os níveis de dominação do sistema assírio tivessem variado, a prática da violência incorporada ao exército sempre esteve presente.

Essa variação acontecia devido ao procedimento assírio de dominação que podemos chamar de “estágios”. A dominação e aniquilação da autonomia política dos vassallos a partir das inovações feitas aconteceram em três estágios diferentes, a saber:

- O primeiro estágio consistia em uma demonstração de força que levava os Estados a uma condição de vassalagem com pagamento anual de tributos;
- Se, posteriormente, acontecesse ou pelo menos, se suspeitasse, de uma conspiração contra a Assíria, as tropas do Império interviriam rapidamente, destruindo o rei e colocando em seu lugar um príncipe

favorável ao Império; simultaneamente, os impostos eram aumentados, controlando-se mais eficazmente a política exterior e o território era diminuído, tornando-se grande parte dele província assíria;

- Ao menor sinal de nova conspiração, as tropas interviriam novamente; o país perdia sua independência política, tornando-se província assíria, ocorrendo a deportação de um grande número de habitantes que eram substituídos por estrangeiros. Esta última medida tinha como objetivo destruir a coesão nacional e impedir novas revoltas.

Os Impérios do Antigo Oriente Próximo fizeram com que a submissão dos povos conquistados fosse cumprida através de vassalos leais e de governadores provinciais apoiados pela força ou pela ameaça do uso da força.

Exércitos imperiais geralmente começavam a partir de tributos de cidades livres, mas cresciam ao empregar unidades de tropas conquistadas ou ainda dependiam do recrutamento de soldados mercenários.

A deportação da população conquistada era praticada em escala limitada pelos hititas. Teria sido Tiglat-Pileser III, o introdutor da prática de deportação como uma troca sistemática de populações, com o objetivo de dissuadir revoltas e utilizar economicamente as habilidades dos novos colonos.

Raramente, talvez nunca, toda a população de um território conquistado fosse renovada. Uma operação dessa magnitude seria considerada uma tarefa sobrehumana. Na verdade, talvez somente os grupos economicamente produtivos e politicamente influentes eram normalmente renováveis.

Contudo, as subordinações dos Estados não obedeciam necessariamente essa ordem. As situações e as diferentes reações determinavam a ação dos assírios. Além disso, é necessário ressaltar que em todos os estágios a presença e a ação avassaladora do exército eram fundamentais.

Em um primeiro momento, a demonstração do poderio militar assírio, em um segundo, apenas uma intervenção militar violenta e, em um terceiro, a ocupação militar definitiva.

Esta política de dominação teve razões econômicas, sociais, político-militares e religioso-ideológicas que repercutiram nos países subordinados ao império assírio.

Referências

CLINE, E. H.; GRAHAM, M. W. **Impérios Antigos: Da Mesopotâmia à Origem do Islã**. Tradução Getúlio Shanoski Jr. São Paulo: Madras, 2012.

KUHRT, A. **The Ancient Near East c. 3000-330 B.C.** Vol. 2. London: Routledge, 1994.

MICHAUD, Y. **A Violência**. Tradução: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MANN, M. **Incoherent Empire**. London: Verso, 2005.

ROSSI, L. A. S. **Como Ler o Livro de Naum**. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. **Cultura Militar e de Violência no Mundo Antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.